



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lido pelo vice-presidente José Alencar na cerimônia de premiação do V Prêmio Inovare**

**Palácio do Planalto, 11 de dezembro de 2008**

Senhoras e senhores,

O presidente Lula gostaria de estar aqui, como não poderia deixar de ser numa ocasião tão importante como esta. Mas, na impossibilidade de comparecer, ele me pediu que aqui viesse e que trouxesse o seu abraço aos organizadores desta cerimônia e a todos os premiados que são, naturalmente, pessoas que participam deste esforço, não só do Judiciário como do Ministério Público, como da Defensoria Pública, como os próprios advogados, individualmente, nesse esforço de fazer um algo mais, além da rotina de seu trabalho.

Então, isso é muito importante e o Presidente gostaria muito de estar aqui. Tanto que já estava pronto o texto que ele iria ler e eu o trouxe, então vou lê-lo.

Antes, porém, quero cumprimentar Sua Excelência o senhor Ministro Gilmar Mendes, ilustre presidente do Supremo Tribunal Federal,

Meu estimado amigo Tarso Genro, ilustre ministro da Justiça,

Meu estimado amigo José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União,

Meu estimado amigo Márcio Thomaz Bastos, presidente do Instituto Inovare,

Quero cumprimentar também o ilustre deputado Domingos Dutra,

Cumprimento senhoras e senhores magistrados aqui presentes,

Promotores de Justiça,

Defensores Públicos e advogados,



Senhoras e senhores agraciados com o Prêmio Inovare,

Minhas senhoras e meus senhores,

Este é o texto do presidente Lula:

Enfrentar os problemas da morosidade processual e da falta de acesso à Justiça sempre esteve na pauta do nosso governo e, certamente, na pauta do Poder Judiciário brasileiro.

Sabemos que o acesso ao Poder Judiciário e à Justiça são fundamentais para garantir a harmonia e a segurança do convívio social. E que essas instituições, ao reafirmarem sua capacidade de solucionar conflitos, com cada vez mais eficiência e agilidade, contribuem para o desenvolvimento nacional e para o aperfeiçoamento da democracia.

É com grande satisfação que, ao lado dos Poderes Judiciário e Legislativo – e com importante participação da sociedade civil organizada –, desencadeamos o processo que está reformando o nosso Sistema de Justiça.

Esse trabalho resultou na assinatura, aqui nesta sala, do Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano, firmado pelos representantes dos Três Poderes e lançado em dezembro de 2004.

A partir dessa união de esforços, foi possível aprovar mais de 18 Projetos de Lei e a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que resultaram na criação de várias instituições importantes, como é o caso do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Outras conquistas importantes foram a autonomia da Defensoria Pública dos estados, a constitucionalização da Justiça Itinerante e a criação de uma série de instrumentos voltados para a celeridade e o descongestionamento processual.

A verdade é que o Pacto, inédito pela sua extensão e pelo empenho a ele dedicado pelos seus signatários, tem um profundo caráter republicano. A iniciativa fortaleceu sobremaneira a confiabilidade entre os Poderes. Gerou a compreensão de que o que todos queríamos, no fundo, era o aperfeiçoamento



do sistema judicial – objetivo que estamos alcançando e que beneficia a toda a sociedade brasileira.

Foi com essa perspectiva que encomendei ao ministro Tarso Genro, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, a elaboração do Segundo Pacto para a Reforma do Sistema de Justiça. Esta elaboração, é claro, está ocorrendo no mesmo ambiente de diálogo que gerou o primeiro pacto. E está sendo feita em conjunto com Supremo Tribunal Federal, com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Com o Segundo Pacto, daremos continuidade às constantes reformas processuais. Buscaremos novos instrumentos de combate à demora na prestação jurisdicional. E seguiremos combinando o aperfeiçoamento e a modernização dos serviços públicos com a efetivação do direito fundamental de acesso à Justiça.

Minhas amigas e meus amigos,

A Constituição Federal de 1988 – que simboliza a redemocratização brasileira e neste ano completa 20 anos de existência – reafirma e assegura direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e de meio ambiente, entre outros. É sob a sua proteção que estamos vivendo um dos mais longos períodos de estabilidade democrática de nossa história. E é dela que derivam nossos principais modelos de liberdades civis e também de garantias sociais, como é o Sistema Único de Saúde, o SUS.

Todos esses avanços da Constituição Cidadã nos orgulham e servem de exemplo a outras nações. E garantimos sua perene materialização com o diálogo permanente e maduro entre as instituições.

Da mesma forma, nos empenhamos em tornar cada vez mais concretos e efetivos os objetivos fundamentais da República, presentes no artigo 3º da Constituição. São eles: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento social e o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais; promover o bem de todos,



sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para que isso seja possível, é preciso continuar avançando no fortalecimento das instituições democráticas e na satisfação rápida e eficaz daqueles que necessitam dos serviços públicos. Assim, é necessário contarmos com um Sistema Judiciário Brasileiro rápido e eficiente. Mas que seja, sobretudo, garantidor de uma justiça cidadã.

Nesse sentido, podemos salientar práticas bem-sucedidas, como por exemplo os juizados especiais, a justiça itinerante, a justiça comunitária, os meios alternativos de resolução de conflitos, a mediação, a conciliação judicial e extrajudicial e a justiça restaurativa. E são justamente esses tipos de práticas que estão sendo reconhecidas com o Prêmio Innovare, que agora chega à sua quinta edição.

Minhas amigas e meus amigos,

O evento de hoje é a consagração da agenda que construímos passo a passo e de forma coletiva. Aqui reconhecemos e premiamos publicamente a criatividade de juízes, promotores, defensores e advogados que se empenharam em iniciativas importantes para o avanço de uma justiça inclusiva, voltada para toda a cidadania.

O Prêmio Innovare é uma grande fonte de inspiração e uma constante vitrine das boas práticas produzidas pelos operadores da nossa Justiça.

Nossas cinco edições do Prêmio, já foram apresentadas mais de mil experiências. E todas elas... perdão, nessas cinco edições do Prêmio, já foram apresentadas mais de mil experiências, e todas elas – sejam selecionadas ou não – demonstraram ou demonstram a riqueza da atuação social da nossa comunidade jurídica e apontam alternativas para o aperfeiçoamento da Justiça. Estou falando de práticas voltadas a tornar a Justiça mais efetiva e mais próxima da comunidade, de ações que – premiadas ou não – já vêm sendo chamadas de reforma silenciosa da Justiça.



A verdade é que, em todo o Brasil, inúmeros operadores do Direito já estão fazendo muito pelo aperfeiçoamento e a democratização do acesso à Justiça. Estou falando de profissionais próximos à sociedade e que conhecem não apenas leis e processos, mas que desenvolveram sensibilidade para interpretar as diferentes realidades do nosso país.

Todos nós devemos trabalhar na criação de uma cultura jurídica que leve os cidadãos a confiarem na Justiça e a sentirem-se mais próximos dela. E as iniciativas hoje premiadas mostram que temos toda a capacidade de fortalecer essa aproximação.

Quero, portanto, agradecer a todos os agentes do Direito que, pessoalmente ou por meio de suas entidades nacionais, tanto contribuíram para a realização deste Prêmio. Estou falando de representantes da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da advocacia. Agradeço, também, ao Ministério da Justiça, cujo apoio foi fundamental para esta premiação.

O que vimos aqui foi, especialmente, a valorização do esforço coletivo e do diálogo democrático. Estou certo de que, com a sua continuidade, estaremos contribuindo cada vez mais para a construção do Brasil justo e fraterno que todos almejamos.

Muito obrigado.

(\$211A)